

A programática neoliberal e sua investida na América Latina

Maria Beatriz Costa Abramides, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Resumo: O artigo trata da investida do capital em sua crise sistêmica no plano internacional, desde 1973, e de seus efeitos nos países de capitalismo tardio da América Latina. A partir de 1989 se impulsiona a programática neoliberal no continente, pelo Consenso de Washington, em que se implantam as contrarreformas do estado, da previdência, trabalhista, sindical e do ensino superior na lógica privatista e mercantil; privatizam-se as estatais rentáveis e de serviços públicos e configura-se o estado máximo para o capital e mínimo para os trabalhadores para assegurar a exploração econômica e dominação política do modo de produção capitalista.

Palavras-chave: crise do capital, neoliberalismo, acumulação flexível, pós-modernidade, emancipação humana

Abstract: The article deals with the capital invested in its systemic crisis internationally since 1973, and its effects in countries of late capitalism in Latin America. As 1989 unfolds neoliberal program on the continent, by the Washington Consensus in settling the contrarreformas state, social security, labor, syndicalist and higher education in logic privatizing and mercantile; privatize rentable state enterprises and public services and sets up the state maximum for the minimum capital and workers to ensure the economic exploitation and political domination of the capitalist mode of production.

Keywords: Capital crisis, Neoliberalism, Flexible Accumulation, Postmodernity, Human Emancipation

Introdução

O presente artigo apresenta as estratégias do capital em sua crise macro econômica no plano internacional, a partir de 1973 em que se instaura uma crise de novo tipo, sistêmica, estrutural, não mais as crises cíclicas inerentes ao capitalismo. A crise estrutural orgânica e metabólica é decorrente da queda tendencial da taxa de lucro, do esgotamento da produção em massa que desencadeia a superprodução e do fenômeno da estagflação que imprime um redirecionamento na base material do mundo do trabalho, no âmbito do Estado e da cultura para recuperar os níveis de acumulação mantendo sua hegemonia em todas as esferas da vida social (Anderson, 1995; Mézáros, 2002).

As novas investidas do capitalismo substituem o binômio fordismo-keynesianismo da gestão no mundo do trabalho e na esfera estatal do Estado de Bem Estar Social, que vigorou de 1945 a 1973, no período de crescimento econômico, por meio de políticas sociais e de pleno emprego, notadamente no epicentro do capitalismo; nos países latino-americanos foram implantadas algumas políticas de proteção social fruto das conquistas da classe trabalhadora e também necessárias à reprodução do capital.

A resposta do capital à sua crise estrutural se desenvolve em um sistema de acumulação flexível pela ampliação da superexploração da força de trabalho na produção da mais-valia que precariza ainda mais as condições de vida da classe trabalhadora; pela implantação da programática neoliberal no âmbito do Estado, que destrói direitos sociais e trabalhistas e pela chamada quadra “pós-moderna” na esfera da cultura para manter a perspectiva ideopolítica de dominação de classe. A ordem do capital encontra-se estrategicamente articulada no plano internacional na defesa de sua hegemonia em toda as esferas da vida social.

As transformações no mundo do trabalho produzem mais e mais sobre trabalho com o desemprego estrutural, a precarização das relações de trabalho, o trabalho temporário, terceirizado, aumento do trabalho informal, parcial, sem carteira-assinada. As relações de trabalho características do fordismo que levaram a conquistas trabalhistas passam por um processo de destruição em que a



lógica dominante é a da flexibilização: flexibilizar salários, flexibilizar contratos de trabalho precarizando e exacerbando o sobretabalho. Essas mudanças se efetivam com a ampliação da extração de mais-valia na venda da força de trabalho e com o apoio de medidas na esfera da reprodução social no âmbito estatal que se adequam às novas exigências impostas para a retomada dos níveis de acumulação capitalista (Harvey, 1992; Antunes, 1995).

É no âmbito da reprodução social, esfera de execução de serviços públicos, que deteremos nosso estudo no sentido de compreender de como a esfera política do Estado de dominação serve aos interesses do capital em crise. Trataremos da base ideopolítica do neoliberalismo no plano internacional e sua incidência na América Latina, posto que o capital é internacional e permanece a lógica do desenvolvimento capitalista desigual e combinado; ou seja, para que o capitalismo central se desenvolva é necessária a dependência subordinada dos países periféricos, aí inscritos os países latino-americanos (Mandel, 1990).

Os direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados são destruídos o que atinge duramente as condições de vida dos trabalhadores colocando novos desafios para a luta de resistência contra a exploração de classe, a dominação política e cultural, a opressão social, étnica, racial, de gênero e de todas as formas de preconceito e discriminação.

Os cientistas sociais nessa quadra histórica tem um novo desafio investigativo, teórico-metodológico, ético-político de contribuir com a luta anticapitalista, pelo fim da exploração do homem pelo homem no horizonte da emancipação humana.

Desenvolvimento

Reestruturação do capital no âmbito do Estado: o neoliberalismo

Apesar de o neoliberalismo, como doutrina, estar presente em seu texto de origem, *O caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, desde 1944, somente é implantado como programática a partir de 1973; momento em que aprofunda e se alastra o conjunto sistêmico da crise estrutural do capitalismo.

A teoria neoliberal estipula que os gastos do Estado com políticas sociais e de atendimento às reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho, fruto de lutas operárias e dos sindicatos, precisam ser contidos drasticamente para bloquear a crise capitalista.

A política neoliberal tem por diretriz uma estabilidade econômica assentada: na disciplina orçamentária de contenção de gastos em políticas sociais e de emprego que sustentaram o Estado de Bem-Estar-Social; na restauração da chamada taxa natural de desemprego, que se expande no desemprego estrutural, em um aumento expressivo de população excedente e em reformas fiscais de incentivo aos agentes financeiros. (Anderson, 1995). Expressa a concepção de que “o mercado é entronizado como instância societal mediadora por excelência no plano econômico e no plano político sacralizando o Estado mínimo” (Netto, 1994:75).

A primeira experiência neoliberal se inicia em uma das mais bárbaras ditaduras militares, no Chile do general Augusto Pinochet, em 1973, em dura repressão ao movimento operário e socialista; e serve de laboratório internacional, para que o ideário se firme como política articulada do grande capital. Tem por precursores Margareth Thatcher na Inglaterra, em 1979, e Ronald Reagan nos Estados Unidos, em 1980.

As experiências neoliberais se implantaram na Inglaterra e nos Estados Unidos e apresentaram táticas diferenciadas em sua execução. Thatcher aplica o modelo que se alastra mundialmente, aí incluída a América Latina, centrado em um programa de privatizações de políticas sociais e de empresas estatais essenciais (aço, eletricidade, petróleo, gás e água); elevação de juros; redução de impostos sobre altos rendimentos, sem controle sobre os fluxos financeiros em uma política de financeirização da economia. A política macroeconômica conduz ao desemprego massivo e a adoção de leis que coíbem e reprimem o movimento operário e sindical.

Ronald Reagan teve como prioridade de política externa: uma corrida armamentista de incentivo e ampliação bélica desencadeada em guerras imperialistas; competir militarmente com a ex-URSS; e estabelecer todos os esforços para liquidar a economia soviética, o fim do “socialismo

real existente”, e, portanto aniquilar, a partir daí, todo ideário comunista (Anderson, 1995). Em relação à política interna dos Estados Unidos, as medidas se configuraram por: criar um déficit público altíssimo, coibir a única greve realizada em sua gestão, elevar as taxas de juros, reduzir impostos sobre os altos rendimentos – medidas essas que se assemelham às da Inglaterra.

O neoliberalismo se expande internacionalmente em um primeiro momento, por intermédio de governos de direita no norte da Europa; a seguir, por governos de orientação socialdemocrata do sul da Europa, eleitos por bases operárias e populares, por apresentarem propostas progressistas em seus pleitos, em defesa do pleno emprego e das políticas sociais mas que acabaram por aderir ao neoliberalismo que se impõe como lógica hegemônica do capital. Com a derrocada do Leste Europeu e da ex-URSS, os governantes dos países do antigo “socialismo real existente” transitam à regressão capitalista e se adequam à política neoliberal.

A perspectiva analítica fornece elementos para compreender o capitalismo em sua crise sistêmica estrutural, a partir de 1975, no plano internacional, o que demonstra o esgotamento da social democracia como gestão do capitalismo. Esse esgotamento pode ser atribuído às próprias características intrínsecas à crise estrutural: crise de superprodução, queda tendencial da taxa de lucro que exigirão medidas drásticas internacionalmente articuladas pelo grande capital na direção das modificações programáticas na esfera do mundo do trabalho, na esfera do Estado e da cultura respectivamente pela acumulação flexível, pelo neoliberalismo e pela “pós- modernidade”.

A crise estrutural tem um desdobramento em 2000/2001, um novo aprofundamento em 2008 e a seguir em 2011, nos EEUU; se expande aos países centrais do capitalismo em 2011/2012, e em 2013 se implementam políticas de austeridade que atingem diretamente a classe trabalhadora. A crise, desde 2000, se alastra massivamente para o setor financeiro ocasionando a quebra de grandes bancos em uma ação salvacionista do Estado aos bancos privados do capital financeiro, na financeirização da economia. Esse processo tem levado à explosão do desemprego nos países centrais do capitalismo. A decomposição do capitalismo em crise não pressupõe que viva uma crise terminal embora se configure como crise global mas que o recompõe às custas da barbárie das guerras, do avanço do poderio bélico para recuperar as taxas de acumulação capitalista e na retração de gastos sociais com políticas sociais, o que direciona à maioria da humanidade a situação de ampliação da precarização de suas condições de vida e de trabalho. Nesse período de aprofundamento da crise estrutural presenciamos mobilizações massivas em várias partes do mundo de contestação e oposição às medidas destrutivas implementadas pelo grande capital aos trabalhadores e na defesa dos direitos sociais, e trabalhistas historicamente conquistados pela classe em luta.

O neoliberalismo no contexto da América Latina

O Consenso de Washington em 1989 estabelece um conjunto de medidas para a implantação no projeto neoliberal no continente latino-americano, sob a determinação do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), do Banco Mundial e do Governo norte-americano. Embora as experiências do Chile (1973) e da Bolívia (1983) tenham sido realizadas anteriormente, é nesse Consenso que a programática é garantida sob o controle do grande capital. Na América Latina, o neoliberalismo segue à risca as determinações macroeconômicas de subordinação ao capital internacional, acrescida de medidas, como, por exemplo, a de liberalização comercial, que facilita a dependência necessária dos países periféricos ao imperialismo.

As drásticas consequências do domínio do grande capital em escala internacional se colocam de forma mais incisiva na entrada dos anos 90 na América Latina, a partir do Consenso de Washington em 1989; ao se reger pela soberania do mercado. Sua execução se efetiva com base em dez áreas programáticas a saber: disciplina fiscal, estabilidade monetária, redução de gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, liberalização comercial, alteração de taxas de câmbio, investimento direto estrangeiro, privatizações, desregulamentações e propriedade intelectual (Nogueira, 1995).

Aprofunda-se o Estado ampliado do capital ao qual se vinculam economias nacionais e internacionais reguladas por mecanismos multilaterais no que toca à flexibilização de direitos

sociais e trabalhistas; à privatização dos serviços públicos e das empresas estatais; à redução orçamentária para as políticas sociais; à privatização dos setores estratégicos (petróleo, comunicação e siderurgia) associados à sua internacionalização com sobrevalorização da taxa cambial. Evidencia-se, sobretudo, uma política econômica monetarista de desresponsabilização do Estado em relação aos direitos e políticas sociais públicas de transferência de renda e patrimônio público para o capital privado internacional.

A ofensiva capitalista propaga a inexorabilidade do neoliberalismo, para contestar e destruir qualquer tentativa de soberania nacional, mesmo que nos limites das bandeiras democráticas do capitalismo implementadas em seu período expansionista de crescimento econômico do Estado de Bem-Estar Social, ao neutralizar, emudecer e reprimir a resistência organizada dos trabalhadores.

O neoliberalismo é, sobretudo, uma estratégia global do capitalismo que redefine o campo da economia e da política no âmbito das relações sociais. Na América Latina, as ditaduras violentas, que grande parte dos países viveu por cerca de 20 anos, levaram esses países a semear ilusões na democracia burguesa, institucional, em que as regras neoliberais são assimiladas por governos democráticos que se propunham implementar políticas keynesianas e que acabaram por executar as políticas neoliberais do FMI. Nos últimos dez anos, em muitos países latino-americanos, entre eles a Argentina e o Brasil, políticas neoliberais vem acompanhadas de programas compensatórios desvinculados de políticas estruturantes como as políticas de emprego. Apregoa-se um social desenvolvimentismo como se fosse possível retomar padrões social democráticos de um modelo que teve seu esgotamento nos países centrais aos quais os países periféricos se subordinam na lógica de internacionalização e financeirização da economia.

O neoliberalismo se implanta no México com o governo Salinas, em 1988; na Argentina com Ménen, em 1989; na Venezuela com Pérez, em 1989. No Brasil a programática neoliberal se inicia no Governo Sarney em 1988, se implementa com Collor de Mello em 1989, se expande com Itamar Franco de 1992 a 1994, se consolida nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso de 1995 a 2002, e tem sua continuidade no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva de 2003 a 2006 em que ocorre as contrarreformas da previdência e do ensino superior.

A partir de 2007, o segundo governo Lula, premido pela crise das políticas neoliberais, se volta para o projeto original de sua campanha de 2002 na assunção do neodesenvolvimentismo, que se estende ao governo de Dilma Rousseff a partir de 2011. Esse tem como meta o crescimento econômico aliado às políticas de combate à pobreza, que se aplicam basicamente por meio de transferências monetárias à programas sociais como bolsa-família, bolsa-escola acrescidos do programa de aceleração do crescimento- PAC, voltado a infra-estrutura e obras com geração de empregos, porém, extremamente precarizados. Pode-se dizer que essa programática corresponde à chamada terceira via em uma equação que se pauta na ideia de que “o enfrentamento ao neoliberalismo se faz com crescimento econômico mediado pela intervenção do Estado e de que o crescimento econômico leva inexoravelmente ao desenvolvimento social” (Mota, 2012,p.34). Além do Brasil, outros países como Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador, Venezuela, Chile (mais recentemente, em 2013) em governos de ideário social-democrático e democrático-popular, apoiados por setores de trabalhadores organizados da cidade e do campo, também desenvolveram nos últimos anos programas sociais que reduziram a indigência e a pobreza absoluta na América Latina, sem contudo diminuir a desigualdade e colocar em questão a exploração capitalista.

De acordo com dados da Comissão Econômica para a América Latina-CEPAL, a taxa de pobreza registrou uma redução em dezessete países, no período de 1990 a 2010 de 48,4% para 31,4% da população e da indigência de 22,6% para 12,3% e em 2012 a pobreza reduziu para 30%. Porém a desigualdade entre as classes permanece sendo que em 18 países 10% dos mais ricos recebem 32% da renda enquanto 40% dos mais pobres recebem somente 15%.

Consequentemente a agenda político-programática, aplicada em grande parte por partidos de cariz social-democrático e democrático-popular está direcionada à programas sociais compensatórios, sob a égide do social desenvolvimentismo também intitulado neodesenvolvimentismo que reduz a pobreza, atendendo suas necessidades mais imediatas e mantendo as consignas estruturantes do capitalismo. Se subordina à ortodoxia macroeconômica, à financeirização da economia, com rebatimentos fortemente

desastrosos nas políticas sociais, pela sua redução e privatização, e prevalece a desigualdade entre as classes sociais, intrínseca ao modo de produção capitalista de exploração econômica e opressão social.

O balanço do neoliberalismo é provisório, pois esse é um movimento ainda inacabado. O veredicto, porém nos países mais ricos do mundo em que seus frutos parecem maduros pode-se dizer: Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muito de seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queira. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há mais alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se às suas normas (...). Esse fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes. (Anderson, 1995: 22)

Considerações finais

Esse estado atual, cada vez mais destrutivo do capitalismo, recai sobre as condições de vida e de trabalho da grande maioria dos seres sociais que somente tem a vender sua força de trabalho para o capital. A situação de desigualdade permanece e se amplia duramente no interior dos países, uma vez que a classe dominante se apropria privadamente da riqueza socialmente produzida, agora de forma mais intensa nos níveis de exploração. A violência do capital na quadra contemporânea tem levado à ampliação da desigualdade de classes apesar da redução da pobreza que atende às necessidades mais elementares da população.

As lutas de resistência efetivadas pelos trabalhadores contra a barbárie social, imposta permanentemente pelo capital, devem estar presentes em todas as esferas da vida social. A defesa intransigente dos direitos conquistados, da saúde e educação pública, gratuita, de qualidade e universal; as lutas pela reforma agrária e urbana, pela demarcação de terras indígenas, pela autonomia e independência dos movimentos sociais, pela previdência social; contra as contrarreformas em curso, contra a criminalização dos movimentos sociais, contra a violência aos trabalhadores rurais e urbanos, contra a violência em relação à classe trabalhadora de forma mais aguda sobre as mulheres e jovens pobres, na maioria negros nas grandes cidades; por emprego com salário igual para trabalho igual são bandeiras a serem alcançadas. As lutas imediatas por melhores condições de vida e de trabalho devem estar aliadas às lutas históricas na construção de uma sociedade emancipada, no fim da propriedade privada dos meios de produção, no fim da exploração do trabalho e da alienação, no fim das classes sociais, na supressão da ordem do capital na perspectiva da auto-organização dos indivíduos sociais livres e emancipados.

REFERÊNCIAS

- Abramides, M. B. C. (2006). O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Anderson, P. (1995). Balanço do Neoliberalismo. En E. Sader e A. Bóron (orgs.), *Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra.
- Antunes, R. (1995). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez Editora/Unicamp.
- CEPAL. (2013). Panorama Social da América Latina. Documento Informativo.
- Harvey, D. (1992). *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Editora Loyola.
- Mandel, E. (1990). *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista* (Trad. por João Guimarães e João M. Borges). São Paulo: Ensaio.
- Marx, K. (1995). *O Capital- Crítica da Economia Política*. Livro 1, Volume 2- O Processo de Produção do Capital A-Formas de Existência Da Superpolulação Relativa-A Lei Geral da Acumulação Capitalista. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Mészáros, I. (2002). *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Mota, A. E. (2012). Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social Brasileiro. Em A.E. Mota (org.), *Desenvolvimentismo e Construção da Hegemonia* (pp. 29-45). São Paulo: Cortez Editora.
- Netto, J. P. (1994). *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal. Questões de Nossa Época*. São Paulo: Cortez Editora.
- Nogueira, P. B. (1995). *O Consenso de Washington*. São Paulo: Pedex.
- Associação dos Professores da PUC-SP. (2008). 60 anos da Declaração dos Direitos Humanos. *Revista PUCVIVA*, 9(33), pp. 33 - 42.

SOBRE A AUTORA

Maria Beariz Costa Abramides: Possui graduação (1971), mestrado (1992) e doutorado (2006) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Assistente doutora da PUCSP desde 2010. Professora desde 1981 na Graduação e, a partir de 2012, na Pós-Graduação em Serviço Social da PUCSP. Na graduação coordena o Núcleo de Relações de Trabalho e na Pós o NEAM-Núcleo de Estudos e Pesquisa de Aprofundamentos Marxistas. Autora de inúmeros artigos e possui livros publicados. Trabalhou como assistente social concursada da PMSP até 2003 na área da Habitação. Diretora da Associação dos Professores da PUCSP/ APROPUCSP desde 2004 e presidente 2008/2010 e 2010/2012. Coordenadora do Convênio de Extensão Universitária da PUCSP/ Prefeitura Municipal de Taboão da Serra. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social e tradição marxista, organização sindical, projeto profissional e projetos societários, trabalho e questão social, habitação popular, movimentos sociais. Conselho Editorial das revistas *PUCViva*, *Cultura Crítica*, *Em Pauta*, *Temas*, *Serviço Social em Revista*, do *Jornal Semanal PUCViva*, Parecerista das revistas *Libertas*, *Temporalis*, *Katálysis*. Participou de inúmeros Congressos e Seminários na América Latina. Realizou cursos nas cidades: Bogotá, Santiago, Manágua, Buenos Aires, Tandil, Quito, La Plata. Néuquen.